

**PRODUTOS EDUCACIONAIS VOLTADOS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM BALAÇO DA PRODUÇÃO NACIONAL DO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
DE 2018-2024**

**EDUCATIONAL PRODUCTS AIMED AT INCLUSION IN PROFESSIONAL AND  
TECHNOLOGICAL EDUCATION: A REVIEW OF THE NATIONAL PRODUCTION OF THE  
GRADUATE PROGRAM IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION FROM  
2018-2024**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.002-001>

**Naliny Arantes Bezerra**

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

**José Júlio César do Nascimento Araújo**

Doutor em Educação. Professor do ProfEPT/IFAC.

**RESUMO**

A inclusão faz parte dos debates atuais que trazem discussões de políticas, ações para rompimento de exclusões históricas, discriminações e garantia do direito à educação para todos com respeito às diversidades na sociedade. O processo educacional inclusivo de estudantes com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica tem sido repleto de tensões e desafios na efetivação em defesa da educação das diferenças. Este estudo teve como objetivo verificar quais produtos educacionais (PE) foram desenvolvidos no âmbito do ProfEPT nacional para a inclusão, suas abordagens de ensinagem, metodologias, possibilidades e limites pra aplicação na educação profissional e tecnológica (EPT) nos Institutos Federais (IF). Quanto aos procedimentos metodológicos, foram a pesquisa bibliográfica no repositório dos IF e no Observatório do ProfEPT e, a pesquisa documental focada na identificação de diretrizes e normativas aplicáveis à Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados apontam que poucos produtos efetivamente tratam de metodologias pedagógicas inclusivas com estratégias ou guias diretamente aplicáveis a práticas de ensino voltadas para alunos com deficiência. Já os demais focam em aspectos teóricos, legais, ou em formação docente, sem aprofundar métodos pedagógicos específicos para inclusão. Se comparamos com os desafios apresentados no estado do Acre, poucos estão voltados a resolver problemas como reprovação, distorção série/idade e/ou desenvolver metodologias e estratégias de ensinagem para as deficiências que se apresentam em maior número de matrículas.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Produtos Educacionais para Educação Inclusiva; Observatório do ProfEPT; Inclusão no Ensino Médio Integrado.

**ABSTRACT**

Inclusion is part of the current debates that discuss policies, actions to break down historical exclusions, discrimination and guarantee the right to education for all, with respect for diversity in society. The inclusive educational process for students with specific educational needs in Vocational and Technological Education has been fraught with tensions and challenges in its defense of the education of differences. The aim of this study was to verify which educational products (EP) have been developed within the scope of the national ProfEPT for inclusion, their teaching approaches, methodologies, possibilities and limits for application in professional and technological education (EPT) in the Federal Institutes (IF). The methodological procedures were bibliographic research in the FI repository and in the ProfEPT Observatory, and documentary research focused on identifying guidelines and regulations applicable to Professional and



Technological Education. The results show that few products actually deal with inclusive pedagogical methodologies with strategies or guides directly applicable to teaching practices aimed at students with disabilities. The others focus on theoretical and legal aspects, or on teacher training, without delving into specific pedagogical methods for inclusion. If we compare the challenges presented in the state of Acre, few are aimed at solving problems such as failure rates, grade/age distortion and/or developing teaching methodologies and strategies for the deficiencies that are present in the greatest number of enrollments.

**Keywords:** Professional and Technological Education; Educational Products for Inclusive Education; ProfEPT Observatory; Inclusion in Integrated Secondary Education.



## 1 INTRODUÇÃO

Um Produto Educacional não se pode reduzir a um elemento físico, seja ele impresso ou virtual, mas é composto por uma série de componentes internos que se referem aos sistemas simbólicos mobilizados, sua forma de organização, com conteúdo e conceitos a serem aprendidos, com organização didática e estrutura condizentes com o contexto para o qual se destina (Freitas, 2021). Essa discussão ganha relevância em um cenário em que o avanço das internet e das formas de fazer educação exigem remodelação e ampliação das práticas educacionais já consolidadas no campo, considerando os desafios e as novas exigências das políticas de inclusão, principalmente, na Educação Profissional e Tecnológica.

Rizzatti et al (2020, p. 6) apontam que mesmo havendo uma infinidade de programas profissionais, na área de ensino, é preciso que:

[...] as dissertações e teses da modalidade Profissional apresentassem uma seção metodológica para a pesquisa desenvolvida e uma subseção (ou seção específica) destinada à metodologia de desenvolvimento do PE. Assim, as dissertações e teses deverão conter no corpo do texto uma seção ou capítulo, abordando a metodologia de desenvolvimento do PE: 1) contendo a descrição das etapas de delimitação do problema a ser abordado; 2) definições das etapas, idealização e elaboração do PE; 3) prototipagem (quando for o caso); 4) aplicação, avaliação, validação (1ª instância, mínimo recomendado para o MP), e; 5) análise à luz do referencial teórico e metodológico. Espera-se que os PE resultantes dos MP atinjam plenamente a 1ª instância, o que não impede que o mesmo produto tenha a continuidade do desenvolvimento pelo egresso e docente nos grupos de pesquisa dos Programas e que resultariam em produções bibliográficas diversas.

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil oferecem dois tipos de programas de pós-graduação *stricto sensu* em perspectivas de mestrado e doutorado. Por um lado, há o programa de mestrado acadêmico, que enfoca a pesquisa voltada para a produção de conhecimento em áreas de relevância social, incentivando a reflexão teórica daqueles que desejam seguir carreira acadêmica como professores ou pesquisadores. Por outro lado, há o programa de mestrado profissional, cujo foco está na pesquisa voltada para a formação profissional, buscando promover a aplicação prática do conhecimento técnico-científico no mercado de trabalho, (Silva, Suarez e Umpierre (2017).

Segundo Silva Et al.:

“O mestrado profissional se diferencia do mestrado acadêmico por exigir, além da produção de conhecimento teórico, o desenvolvimento de um produto educacional que tenha aplicabilidade prática no campo profissional, conforme Leite (2018). Essa exigência busca promover uma conexão direta entre a pesquisa e a realidade profissional, visando ao desenvolvimento de soluções e inovações que possam ser implementadas e utilizadas de forma efetiva no mercado de trabalho”. Silva, Suarez e Umpierre (2017, p. 150).

Nesse contexto, a análise de Produtos Educacionais voltados para inclusão na educação profissional e tecnológica torna-se relevante. Avaliar a eficácia desses materiais na formação cidadã dos discentes, identificar suas potencialidades e lacunas, e fornecer diretrizes para a seleção adequada desses recursos educacionais são aspectos cruciais para promover uma educação de qualidade.

Assim, para compreensão da educação profissional voltada às pessoas com deficiência, é preciso analisar as condições em que se desenvolveram a educação profissional e a especial, na medida em que as "políticas de educação profissional direcionadas às pessoas com deficiência são resultado da interface entre as políticas de educação profissional em geral e das políticas de educação especial" (Silva, 2011, p. 53).

Considerando essa realidade, este artigo investiga a seguinte problematização: *Quais são produtos educacionais voltados à inclusão desenvolvidos no âmbito de programas de mestrado profissional para Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?* Para responder a este questionamento, pretende-se verificar *quais produtos educacionais (PE) foram desenvolvidos no âmbito do ProfEPT nacional para a inclusão, suas abordagens de ensinagem, metodologias, possibilidades e limites pra aplicação na educação profissional e tecnológica (EPT) nos Institutos Federais (IF).*

O artigo está organizado em cinco seções. Além desta de caráter introdutório, a segunda aborda a metodologia, a terceira aborda a Revisão da Literatura, discutindo as particularidades e os desafios da inclusão. A discute o caso do ProfEPT do estudo e as recomendações para a prática educacional inclusiva.

## 2 METODOLOGIA

O estudo desenvolveu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica realizada em meio eletrônico. Segundo Marconi e Lakatos (2016), pesquisa bibliográfica ou revisão de literatura representa toda a bibliografia que já foi tornada pública com relação ao tema de estudo, com o intuito de pôr em contato físico direto o pesquisador e o que já foi escrito, como publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e artigos científicos. Os dados coletados foram definidos com base no objeto de estudo deste trabalho. Dessa forma, para identificar a produção acadêmica sobre a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) escolheu-se como base de dados os produtos educacionais do Observatório ProfEPT de 2018 a 2024, com temáticas sobre a educação inclusiva e educação especial.

De acordo com Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Especificamente, neste artigo, foram utilizadas as bibliografias elencadas a partir dos autores que militam em prol da educação profissional e tecnológica, em forma de livros, artigos e periódicos. Apoia-se, ainda, em uma pesquisa documental por meio de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979, p. 42), “representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que visam a esclarecer os conteúdos, evidenciando os objetivos pesquisados.

Ademais, foram utilizados - como critérios para a seleção do referencial teórico - livros, artigos, trabalhos de cunho científico que tinham como abordagem principal o tema do artigo, e com indexação na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO®) com os seguintes termos para pesquisa: Produto Educacional, Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Inclusão e PROFEPT. Além disso,



usamos a base de Dados do Observatório Nacional do PROFEPT. A seleção do material foi feita com base no tema escolhido, com maior ênfase nos autores e nos trabalhos com autores contemporâneos que abordam o tema em estudo, detalhando a forma como seria utilizada no texto, de forma a responder o problema da pesquisa, fazendo uma ponte entre a literatura citada e o objetivo principal do trabalho.

### **3 REVISÃO DA LITERATURA: A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL E SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

No Brasil Colônia, as pessoas com deficiências (PCDs) enfrentavam dificuldades sociais e econômicas, sendo marginalizadas e excluídas de oportunidades de trabalho e educação. Essas pessoas eram trancadas em casa pela família, para não serem motivos de vergonha ou de escândalos. E, se algum deles brigassem ou causassem problemas, eram presos, punidos e obrigados a irem para Santas Casas (Schueler, 199).

A conscientização crescente sobre a inclusão trouxe mudanças ao longo do tempo, mas, à época, ainda havia desafios para alcançar uma inclusão plena e igualitária dessas pessoas em nossa sociedade. No século XIX, a sociedade começou a enxergar as PCD's com olhar de piedade. No mesmo período, algumas descobertas possibilitaram pequenas evoluções como o uso do Braille, que nasceu em 1825, e foi criada a Língua Brasileira de Sinais – Libras, em 1857, por um grupo de alunos surdos na cidade do Rio de Janeiro.

O Brasil tem passado por um processo de transformação em relação à inclusão das pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante, ao assegurar direitos iguais a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) trouxe avanços significativos, reforçando a importância da acessibilidade, da inclusão educacional e do direito ao trabalho (Sousa, 2020).

Apesar das garantias legais, ainda existem desafios consideráveis. A acessibilidade em espaços públicos e privados muitas vezes é insuficiente, limitando a participação plena das pessoas com deficiência em atividades cotidianas. A inclusão educacional também enfrenta obstáculos, com a necessidade de adequações curriculares sensíveis às necessidades individuais dos alunos com deficiência, formação adequada de professores e disponibilidade de recursos de apoio, garantindo a PCDs acesso a um ensino de qualidade em igualdade de condições (Sousa, 2020). Apesar dos esforços em direção a uma educação que acolha todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, ainda persistem obstáculos.

O mercado de trabalho também é um campo em que as pessoas com deficiência enfrentam desafios. Embora existam cotas de emprego para pessoas com deficiência em algumas empresas e órgãos públicos, a inclusão efetiva no mercado de trabalho muitas vezes é prejudicada por barreiras atitudinais e falta de adaptações no ambiente de trabalho. Além disso, é importante ressaltar que o estigma e o preconceito contra



as pessoas com deficiência persistem em muitos setores da sociedade. Isso pode resultar em exclusão social, isolamento e dificuldades de integração. A conscientização, a educação e a sensibilização são fundamentais para mudar essas percepções e promover uma cultura de inclusão (Figueira, 2021).

Apesar dos desafios, muitas organizações não governamentais, instituições de ensino e ativistas têm trabalhado incansavelmente para promover a igualdade de oportunidades e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A busca por uma sociedade verdadeiramente inclusiva requer esforços contínuos para superar as barreiras existentes e criar um ambiente onde todas as pessoas possam participar plenamente e desfrutar de seus direitos e dignidade (Figueira, 2021).

### 3.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO

A trajetória da educação profissional e tecnológica no Brasil é uma narrativa que se entrelaça com os movimentos e contextos sociais, econômicos e políticos que moldaram o país ao longo do tempo. Inicialmente, as atenções educacionais se concentravam predominantemente em aspectos religiosos e formatos clássicos, relegando a formação técnica a um segundo plano durante os períodos colonial e imperial. Nesse cenário, o desenvolvimento de habilidades técnicas e práticas não era uma prioridade, resultando em uma lacuna na capacitação para o mundo do trabalho (Brazorotto, Venco, 2021).

Contudo, com o final do século XIX e os primórdios do século XX, uma nova era de reconhecimento da importância da educação profissional emergiu. O surgimento das primeiras escolas técnicas, notavelmente a Escola de Aprendizes Artífices, foi uma resposta à crescente necessidade de formar indivíduos qualificados para a crescente industrialização. Essas instituições se tornaram pioneiras na promoção de habilidades práticas e técnicas, contribuindo para a preparação de uma força de trabalho mais capacitada para as demandas da época (Cordão; Moraes, 2020).

No decorrer do governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1930 a 1945, um notável progresso foi alcançado na esfera da educação profissional e tecnológica. Essa fase foi caracterizada por avanços significativos em infraestrutura e políticas voltadas para a formação técnica, visto que a educação profissional começou a ser considerada um fator determinante para o avanço econômico e social do Brasil. A criação de escolas técnicas em diferentes regiões do país evidenciou o compromisso em preparar uma mão de obra qualificada (Brazorotto, Venco, 2021).

As décadas de 1960 e 1970 marcaram um período de reformas educacionais abrangentes, nas quais o sistema de educação profissional passou por modernizações substanciais. As Escolas Técnicas Federais, popularmente conhecidas como CEFETs, surgiram como pilares desta renovação. Essas instituições ofereciam cursos técnicos de alta qualidade, equipando os estudantes com habilidades relevantes para o mundo do trabalho em constante evolução (Brazorotto, Venco, 2021).



A redemocratização do Brasil trouxe consigo uma revitalização do interesse pela educação profissional e tecnológica. A criação dos Institutos Federais (IFs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica inaugurou uma nova era de expansão e diversificação do ensino técnico e tecnológico. Essas instituições tornaram-se catalisadoras do acesso à educação de qualidade, promovendo uma educação integrada que contemplava diversas áreas de conhecimento.

Nos tempos contemporâneos, a educação profissional e tecnológica está se moldando para atender às demandas do mercado de trabalho em constante mutação e às necessidades da sociedade. As ênfases em tecnologia da informação, indústria, agronegócio e sustentabilidade refletem a busca por uma formação que seja não apenas pertinente, mas também capaz de se adaptar às transformações aceleradas do mundo moderno.

Nesse contexto, a educação profissional e tecnológica emerge como uma peça fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do Brasil (Cordão; De Moraes, 2020).

A Educação Profissional, uma modalidade de ensino de extrema relevância, é meticulosamente projetada para armar os estudantes com as ferramentas essenciais para sua integração bem-sucedida no mundo do trabalho. Ela vai além da mera transmissão de informações, buscando incutir nos alunos um conjunto de conhecimentos, competências técnicas e habilidades práticas que os capacitem a enfrentar os desafios e as demandas específicas de diversas áreas profissionais (Vieira; de Souza Júnior, 2016).

Logo, esta modalidade, também denominada Educação Técnica e Tecnológica, tem como sua pedra angular a ênfase na aplicabilidade. Através de abordagens práticas e voltadas para a resolução de problemas do mundo real, os alunos não apenas adquirem um conhecimento sólido, mas também aprendem a aplicá-lo de forma eficaz em cenários profissionais. Isso se traduz em um aprendizado que transcende os limites da sala de aula e se estende para a arena profissional, preparando os estudantes para uma transição suave e produtiva (Vieira; de Souza Júnior, 2016).

Essa modalidade de ensino visa a atender às demandas do mundo do trabalho, proporcionando uma formação que esteja alinhada com as necessidades do mercado e que prepare os estudantes para ocupar posições específicas em diferentes setores. A Educação Profissional abrange uma variedade de cursos, desde os mais técnicos até os de nível mais avançado, que podem incluir certificados, diplomas, cursos de qualificação, cursos técnicos e até mesmo cursos superiores de tecnologia (Manfredi, 2017).

É importante compreender que a Educação Profissional abrange uma gama diversificada de áreas, desde as relacionadas à tecnologia, à indústria até ao comércio, serviços e agricultura. Assim, sublinha-se que essa diversidade reflete a natureza multifacetada do mercado de trabalho, que requer uma ampla gama de habilidades e competências para atender às demandas específicas de cada setor. Essa adaptabilidade é fundamental, já que o mundo profissional está em constante evolução, com novas tecnologias e práticas emergindo regularmente (Vieira; de Souza Júnior, 2016).



Assim, a Educação Profissional transcende a mera acumulação de informações, promovendo o desenvolvimento holístico dos alunos. Além das habilidades técnicas, ela também enfatiza competências transferíveis, como pensamento crítico, resolução de problemas, trabalho em equipe e comunicação eficaz. Essas competências não apenas os preparam para realizar tarefas específicas, mas também os capacitam a prosperar em ambientes dinâmicos e colaborativos (Vieira; De Souza Júnior, 2016).

A Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica refere-se à implementação de práticas, políticas e estratégias que garantem a participação plena e igualitária de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, em programas de formação técnica e profissional. A educação inclusiva nesse contexto busca superar barreiras que possam limitar o acesso à aprendizagem e o sucesso de pessoas com diferentes habilidades e necessidades (Mendes, 2017).

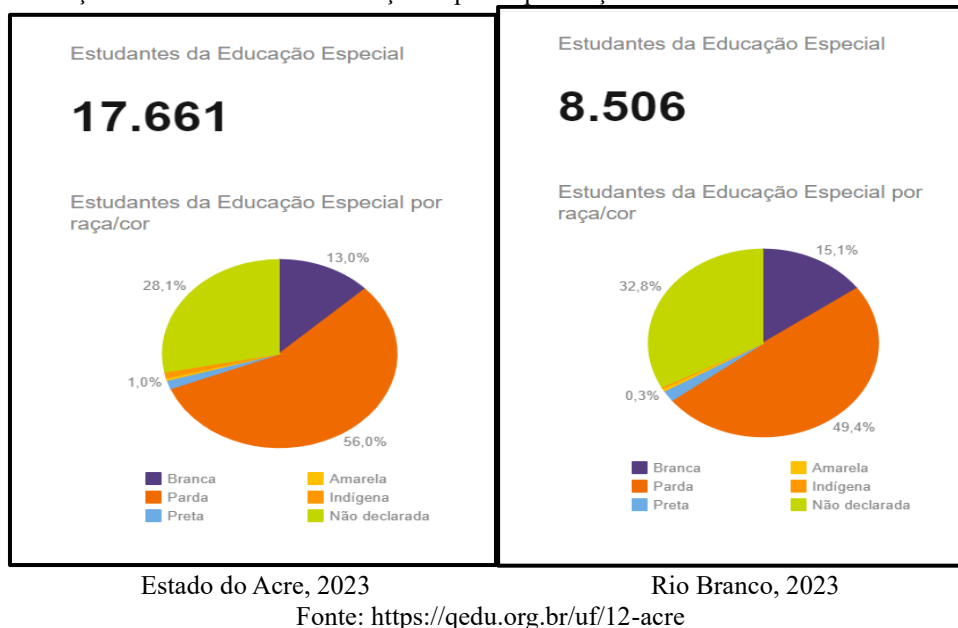
Isto posto, a Educação Profissional e Tecnológica inclusiva emerge como um farol de equidade e igualdade, reconhecendo firmemente que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades e deficiências, merecem ter acesso a oportunidades plenas de desenvolver competências técnicas e conhecimentos especializados. Essa abordagem vai muito além de uma visão tradicional de educação, encarando a diversidade como uma força a ser abraçada e celebrada, e não como uma barreira a ser superada (Tillmann; Almeida, 2020).

### 3.2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO ACRE

Os dados do Censo Escolar de 2023 (sintetizados no Diversa.org.br) mostram que o Acre tem feito avanços significativos na inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ambiente escolar. Nos últimos anos, o estado tem ampliado o número de matrículas de alunos da educação especial nas escolas regulares, demonstrando um compromisso crescente com a educação inclusiva. Apesar desse progresso, ainda existem desafios consideráveis, como a falta de formação continuada para os professores, ausência de recursos pedagógicos adequados e o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), que limitam a plena participação desses alunos nas atividades escolares. Vejamos os gráficos:

Lei de diretrizes e bases para a educação nacional

Gráfico 1 e 2. Distribuição dos Estudantes da Educação Especial por Raça/Cor no Estado do Acre e na cidade de Rio Branco



Como se observa nos gráficos 1 e 2, mais de 50% das matrículas de alunos com deficiência estão na capital Rio Branco, o que impacta diretamente a rede de ensino pois há carência de infraestrutura, falta de atendimento educacional especializado (AEE), intérpretes de Libras, psicopedagogos, acompanhantes, professores mediadores. Além disso, muitas instituições de ensino no Acre ainda não possuem acessibilidade física, como rampas, banheiros adaptados, o que impede o acesso e a permanência segura de estudantes com deficiência. A falta de investimento contínuo em tecnologia assistiva e materiais didáticos acessíveis também é um obstáculo significativo que precisa ser superado. Como comprovam os dados do Censo 2023 que somente 24% das escolas possuem acessibilidade:

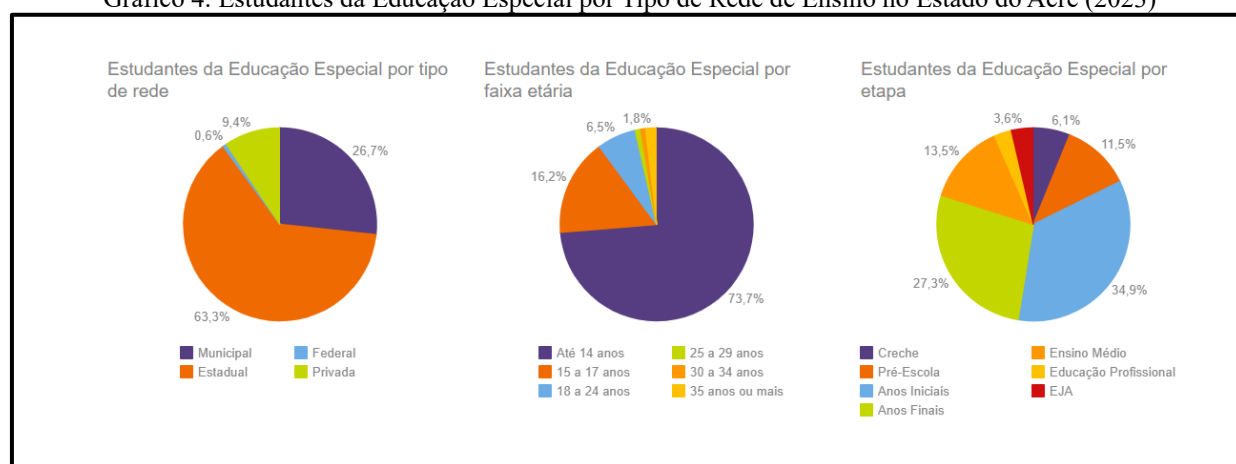
Gráfico 3. Infraestrutura das escolas do Acre, 2023



Fonte: <https://qedu.org.br/uf/12-acre>

Outro aspecto importante a ser destacado é a distribuição dos alunos por faixa etária e etapa de ensino. De acordo com o gráfico "Estudantes de Educação Especial por Faixa Etária", a maioria dos alunos está concentrada na faixa dos 15 a 17 anos (43,1%), seguida pelos alunos de 6 a 10 anos (16,4%) e de 11 a 14 anos (14,7%). Isso demonstra um desafio adicional para a rede de ensino, que deve adequar suas metodologias e práticas pedagógicas para atender a estudantes em diferentes estágios de desenvolvimento. A inclusão de adolescentes com deficiência no ensino médio e profissionalizante é especialmente relevante, uma vez que exige uma articulação com a educação profissional para garantir a formação continuada e a inserção desses jovens no mercado de trabalho.

Gráfico 4. Estudantes da Educação Especial por Tipo de Rede de Ensino no Estado do Acre (2023)

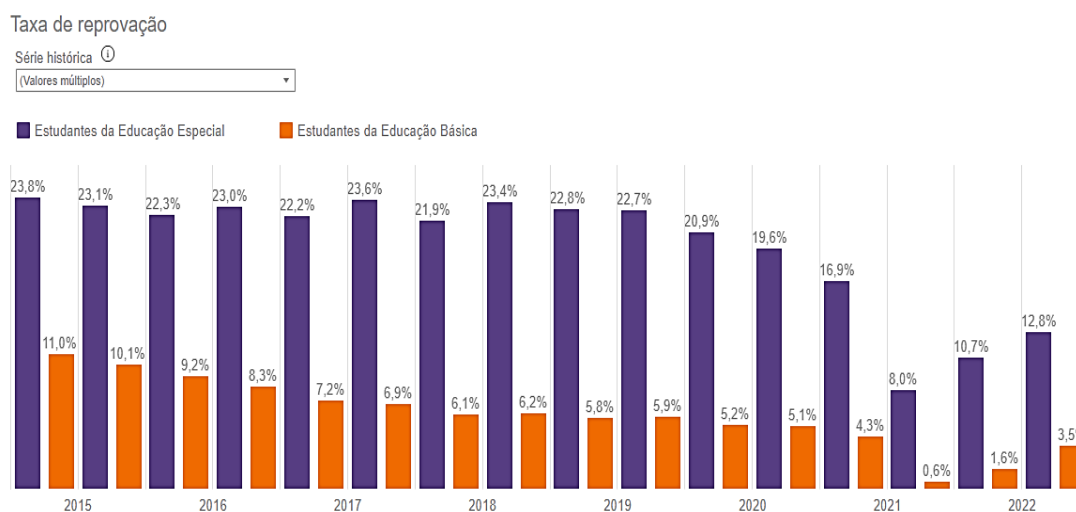


Fonte: <https://qedu.org.br/uf/12-acre>

Outro aspecto importante a ser destacado é a distribuição dos alunos por faixa etária e etapa de ensino. De acordo com o gráfico 4, “Estudantes de Educação Especial por Faixa Etária”, a maioria dos alunos está concentrada na faixa dos 15 a 17 anos (43,1%), seguida pelos alunos de 6 a 10 anos (16,4%) e de 11 a 14 anos (14,7%). Isso demonstra um desafio adicional para a rede de ensino, que deve adequar suas metodologias e práticas pedagógicas para atender a estudantes em diferentes estágios de desenvolvimento. A inclusão de adolescentes com deficiência no ensino médio e profissionalizante é especialmente relevante, uma vez que exige uma articulação com a educação profissional para garantir a formação continuada e a inserção desses jovens no mercado de trabalho.



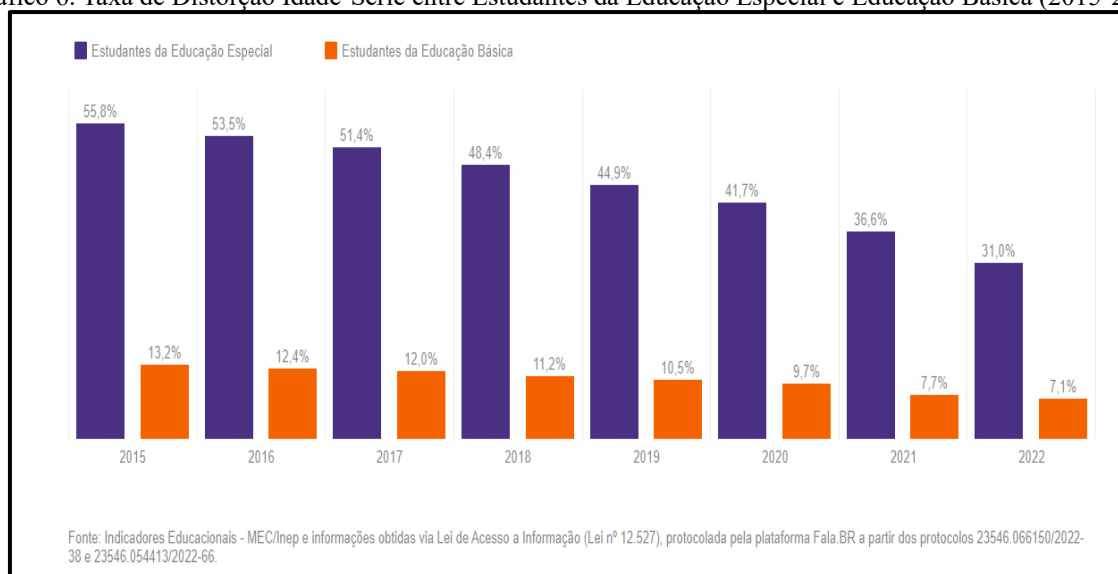
Gráfico 5. Taxa de Reprovação entre Estudantes da Educação Especial e Educação Básica (2015-2022)



Fonte: <https://qedu.org.br/uf/12-acre>

A análise do gráfico que apresenta a taxa de reprovação evidencia um cenário crítico. Em 2022, a taxa de reprovação entre alunos de educação especial foi de 12,8%, enquanto entre os estudantes da educação básica a média foi de 3,5%. Esse descompasso sugere que as escolas não estão plenamente preparadas para lidar com a diversidade de necessidades educacionais dos estudantes, o que resulta em um índice de reprovação desproporcionalmente elevado. É urgente que se invista na formação continuada dos professores e no desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas, para que esses alunos tenham as mesmas oportunidades de sucesso que os demais.

Gráfico 6. Taxa de Distorção Idade-Série entre Estudantes da Educação Especial e Educação Básica (2015-2022)

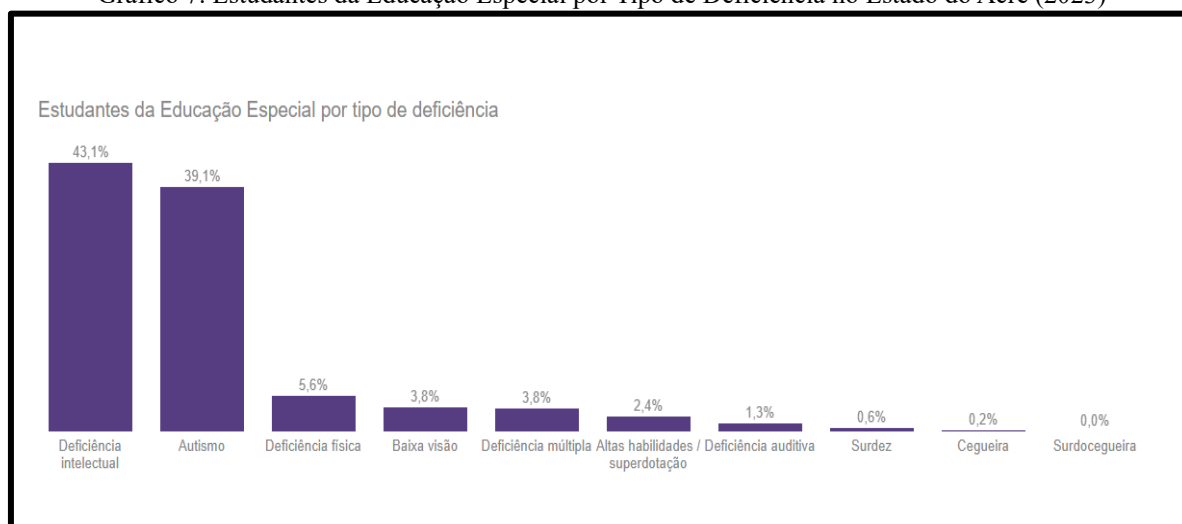


Fonte: <https://qedu.org.br/uf/12-acre>

O gráfico 6, que detalha a taxa de distorção idade-série, revela um padrão semelhante: em 2022, 56,2% dos alunos da educação especial estavam fora da série esperada para sua faixa etária, em comparação com apenas 12,3% dos alunos da educação básica. Esse dado reforça a necessidade de um acompanhamento individualizado e de maior suporte pedagógico para os alunos da educação especial, de modo a evitar a defasagem escolar e a evasão.

Por fim, o gráfico 7, que categoriza os estudantes por tipo de deficiência, mostra que a deficiência intelectual é a mais prevalente (43,1%), seguida pelo autismo (30,1%). Esse perfil de estudantes requer metodologias e abordagens específicas, como a utilização de recursos visuais e táteis, práticas de ensino estruturado e suporte contínuo para a construção de habilidades sociais. A elevada prevalência de deficiência intelectual e autismo indica que a rede de ensino deve se estruturar com foco em práticas inclusivas para esses grupos, garantindo que as salas de aula e os currículos sejam adaptados às suas necessidades.

Gráfico 7. Estudantes da Educação Especial por Tipo de Deficiência no Estado do Acre (2023)



Fonte: <https://qedu.org.br/uf/12-acre>

Diante dos desafios observados, é fundamental que as políticas públicas do estado do Acre sejam reforçadas com iniciativas que ampliem a formação de professores e ofereçam suporte técnico para a adaptação curricular e a acessibilidade. A implementação de tecnologias assistivas e a inclusão de profissionais especializados - como intérpretes de Libras, psicopedagogos e professores mediadores - são ações essenciais para garantir que os alunos com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas necessidades e promova a inclusão efetiva. Além disso, é necessário que as escolas sejam equipadas com recursos pedagógicos que facilitem a aprendizagem, como softwares educativos, materiais em braille e comunicação alternativa para estudantes com deficiência auditiva ou visual.



A criação de políticas de incentivo para a formação continuada dos educadores, focadas em práticas inclusivas e na utilização de metodologias diferenciadas, é um passo fundamental para que o ambiente escolar torne-se mais acolhedor e adaptado à diversidade. Isso deve se aliar ao fortalecimento de parcerias com instituições de ensino superior e centros de pesquisa para a produção e disseminação de conhecimento sobre as melhores práticas em inclusão educacional.

Outro aspecto a ser considerado é o investimento em infraestrutura escolar, de modo que todas as escolas da rede pública no Acre possam oferecer ambientes acessíveis. Dados do Censo Escolar mostram que apenas 24% das escolas possuem acessibilidade física completa, o que é insuficiente para atender à demanda dos alunos com deficiência. É essencial que se promovam reformas estruturais, como a instalação de rampas, banheiros adaptados e pisos táteis, além de garantir que todos os espaços comuns, como bibliotecas e laboratórios, estejam equipados com recursos de acessibilidade.

Por fim, recomenda-se a criação de uma rede de apoio integrada que envolva não apenas os profissionais da educação, mas também as famílias e a comunidade local. A construção de um plano estadual de inclusão, que defina metas e acompanhe o progresso dos alunos com deficiência, ajudará a assegurar que os direitos desses estudantes sejam respeitados e que sua trajetória educacional não seja interrompida por falta de suporte. A inclusão efetiva requer um esforço conjunto e contínuo, onde cada ator envolvido compreenda seu papel e trabalhe para eliminar as barreiras ainda existentes no processo educacional.

Com essas medidas, será possível avançar rumo a um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, que acolha a todos os estudantes, independentemente de suas condições, e promova seu desenvolvimento integral.

#### **4 OS PRODUTOS EDUCACIONAIS COMO FACILITADORES DO ENSINO – O CASO DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

Um dos grandes desafios do processo de formação de professores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) está em encontrar uma forma de atrelar a teoria e a prática, ou seja, articular os conhecimentos adquiridos na formação universitária inicial em cursos de bacharelados, superiores de tecnologia e licenciaturas e os saberes necessários para conviver com os problemas cotidianos da docência, diante da dinamicidade do mundo do trabalho. A constatação de que a formação inicial não consegue, por si só, preparar o profissional para atuar na EPT traz à tona a questão da formação continuada.

Seja por fragilidades na formação inicial, pela ampliação do olhar para o mundo do trabalho, ou ainda em busca de uma potencialização de saberes para melhorar o desempenho profissional e pessoal, o



que se tem constatado é que há, nos últimos anos, uma considerável ampliação de ações voltadas para a formação profissional, incluindo os cursos de Pós-Graduação.

O mestrado PROFEPT surge da necessidade de “contribuir para a melhoria dos processos de ensino na EPT, por meio do desenvolvimento de pesquisas que gerem produção de conhecimentos relativos à área” (FREITAS et al., 2017, p. 76), com a possibilidade de fomentar o debate sobre as práticas profissionais em EPT, o desafio da interdisciplinaridade, o fazer educação profissional em espaços formais e não formais. Então, o PROFEPT tem como objetivo prover a formação em EPT, suscitando a “produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado pertinentes à EP de nível médio ou em espaços não formais” (PROFEPT, 2018).

[...] formação de recursos humanos em nível de pós-graduação stricto sensu, a fim de se desenvolverem atividades de ensino, gestão e pesquisa relacionados à educação profissional e tecnológica; à necessidade de desenvolvimento de trabalhos de investigação interdisciplinar, constituído pela interface entre Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia, que integrem os saberes práticos, inerentes ao mundo do trabalho; e ao conhecimento sistematizado e interdisciplinar, na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, científico e cultural nas diversas regiões do Brasil. (Freitas et al., 2017, p.10-11).

Por ser um mestrado na área de ensino, a formação acadêmica dos discentes é variada em diversas áreas, sobrelevando-se em ciências humanas. Os docentes do PROFEPT também têm formação diversificada entre bacharelados e licenciados, com uma grande quantidade de “mestres e doutores em Educação, seguido pela Engenharia e pelas Ciências Agrárias” (Souza, 2019, p. 224).

Essa formação eclética dos docentes e discentes do PROFEPT pode ser considerada como algo favorável, contribuindo para a interdisciplinaridade no programa (Souza, 2019). Nessa direção, o PROFEPT dispõe de duas linhas de pesquisa com três macroprojetos em cada.

A linha Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica conta com três macroprojetos: Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na EPT; Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT; e Práticas Educativas no Currículo Integrado. Na linha Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em EPT, os macroprojetos são: História e memórias no contexto da EPT; Organização do currículo integrado na EPT; e Organização de espaços pedagógicos na EPT. (PROFEPT, 2017).

O PROFEPT, enquanto Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, pode “contribuir para o crescimento e o desenvolvimento da sociedade, o que pressupõe atividades que permitam, a priori, a ampliação de competências profissionais conjugadas com as demandas do setor produtivo [...]”. (Souza, 2019, p.227).

Freire, Guerrini e Dutra (2010) afirmam que a tomada de consciência das ações desenvolvidas nas escolas se constitui elemento diferenciado na formação em mestrados profissionais.

Para tornar concreta a articulação entre formação e pesquisa, os mestrados profissionais assumem a elaboração de produtos educacionais como meios, mas também como processos, viabilizadores de uma formação docente pela pesquisa. É com os produtos educacionais que se vislumbra a pesquisa como integrante do percurso formativo dos professores, elaborado e materializado a partir e no contexto de atuação profissional (Freire; Guerrini; Dutra, p. 105, 2010).

É fundamental compreender que os produtos educacionais, apesar de serem ferramentas didático-pedagógicas, não são, por si sós, a solução para a crise educacional vigente no país uma vez que:

[...] tal produto não é mera transposição didática de uma escola para a outra. Muito menos um material didático pronto para ser manipulado por professores e estudantes. Pelo contrário, é vivo, contém fluência, movimento e nunca está pronto e acabado, porque representa a dinâmica das aulas [...] vivenciada pelos estudantes (Sousa, 2010, p. 04).

A área de concentração do ProfEPT é denominada Educação Profissional e Tecnológica (EPT), compreendendo os processos educativos em espaços formais e não formais relacionados ao mundo do trabalho e à produção de conhecimento, em uma abordagem interdisciplinar, com o propósito de integrar os campos do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia (Brasil, 2017).

Compreende, ainda, os espaços educativos em suas dimensões de organização e implementação, com um enfoque de atuação que visa a promover a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para assegurar a formação integral do estudante (Brasil, 2017).

Dentre as linhas de pesquisa do ProfEPT estão as Práticas Educativas em EPT que investiga os pilares das práticas educativas e do desenvolvimento curricular na EPT, em suas diversas formas de oferta, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que permitam formação integral e significativa do estudante, fundamentadas no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais (Ministério da Educação, 2017). Além disso, essa linha de pesquisa trata de questões relacionadas à educação de jovens e adultos, educação indígena, educação e relações étnico-raciais, educação quilombola, educação do campo, questões de gênero e educação para pessoas com deficiências (PCDs), bem como da relação entre elas e as diversas práticas do mundo do trabalho (Ministério da Educação, 2017d).

Isso posto, as bases conceituais do PROFEPT envolvem a formação humana e integral, o trabalho como princípio educativo e a politécnica (PROFEPT, 2017). Para continuar essa discussão, é importante dizer sobre a complexidade que é abordar de forma homogênea bases que possam sustentar teoricamente desenvolvimento e a avaliação de toda a diversidade de produtos educacionais produzidos pelos diversos programas vinculados à Área de Ensino, especialmente aqueles voltados para os espaços de educação não formal em que o público-alvo é bastante heterogêneo. Muito embora a própria Área entenda que a vocação das pesquisas de processos e produtos educacionais seja voltada, especialmente, para Educação Básica,



Ensino Superior, Ensino em Saúde e tecnologias (BRASIL, 2019), há uma crescente produção voltada para outros espaços. Como discutiremos na próxima seção.

#### 4.1 ANÁLISE DOS PRODUTOS EDUCACIONAIS (PROFEPT)

A respeito dos Produtos Educacionais (PE), em termos da concepção e das bases conceituais que os sustentam, há de se encontrar elementos que possam constituir uma identidade de PE, para além de uma avaliação mais técnica sobre sua forma de origem e apresentação, um olhar para que possamos ampliar essa compreensão de produto educacional que hoje é entendido simplesmente como:

[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado. (BRASIL, 2019a, p. 16).

Começamos então por buscar esses elementos que aproximam os produtos, independentemente de sua finalidade ou forma de apresentação. Inicialmente, adapto de Gimeno Sacristán (2001) a definição que ele utilizada para materiais escolares para ousar definir Produto Educacional como qualquer instrumento ou objeto que possa servir como recurso para que, mediante sua manipulação, observação ou leitura se oferecem oportunidades para aprender algo, ou seu uso interfere no desenvolvimento de alguma função de ensino. Complementarmente, agora utilizando as ideias de Pagán (1995), os Produtos Educacionais ainda podem ser entendidos como todos aqueles instrumentos e meios que fornecem critérios para colaborar para tomadas de decisão tanto no planejamento quanto na intervenção direta no processo de ensino.

Pagán (1995) faz uma reflexão sobre a importância de se levar em consideração que nenhum produto é um fim em si mesmo, por isso é importante que não somente materialize uma sequência de atividades, ou um vídeo, ou ainda um software, mas, que traga consigo, a proposta de ensino que está subjacente ao que se apresenta de forma explícita no produto.

Dessa forma, ainda utilizando as ideias do autor, é importante reconhecer duas formas de caracterizar um Produto Educacional, porém distintas: 1) a sua função didática, ou seja, sua finalidade de aprendizagem e metodologias utilizadas para atingir esse fim; 2) o conjunto de meios, recursos ou instrumentos utilizados para materializá-lo.

Pagán (1995), citando Santos Guerra (1991), afirma, que, nesse sentido, os chamados meios audiovisuais e as chamadas novas tecnologias não possuem em si uma capacidade didática inexorável. Ou seja, mais uma vez reforça a ideia de que explicitar o Produto Educacional apenas pela sua forma é limitador para o quê se deseja para desenvolvimento das produções realizadas nos programas. Precisamos pensar no Produto Educacional como um objeto que facilita uma experiência de aprendizagem, ou seja, uma



experiência de mudança e enriquecimento em algum sentido: conceitual ou perceptivo, afetivo, de habilidades ou atitudes etc. (KAPLÚN, 2002), e que isso passe cada vez mais a caracterizar de forma explícita o produto, sem necessariamente abrir mão do formato.

A educação é uma questão de direito humano. As pessoas com deficiências têm direito a educação profissional e tecnológica, que por sua vez, precisa rever o seu trabalho pedagógico, através de discussões e debates, para que ocorra, de forma efetiva, a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

A Conferência Mundial em defesa da Educação para Todos, de 1994, promovida pela da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - sobre Necessidades Educacionais Especiais, define o ensino inclusivo, em sentido amplo, como:

(...) o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural - em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (STAINBACK, W.; STAINBACK, S., 1999).  
Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social. (idem).

Confirmando a teoria de que os alunos com necessidades especiais devem aprender os mesmos conteúdos com o mesmo grau de exigência que os demais, e utilizando uma metodologia multissensorial, ou seja, um material didático constituído de uma sequência didática e materiais adaptados com a finalidade de facilitar o processo ensino aprendizagem.

Portanto, a proposta de uma educação em que as pessoas com necessidades educacionais específicas tenham acesso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica, baseia-se no princípio fundamental, Educação para Todos.

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser redefinida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as pessoas, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educacionais especiais. (UNESCO, 1994)  
Mader (1997, p. 47) enfatiza que um novo paradigma está nascendo, um paradigma que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a diversidade está sendo vista como algo natural. O estar junto no cotidiano vai ensinando a todos o respeito às diferenças e a aceitação das limitações.

Os estudos revelaram que a escola inclusiva deve ser aquela promotora do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos estudantes com necessidades educacionais específicas, facilitando a sua integração na sociedade como membros ativos, participativos. Para tanto, é imprescindível que a pessoa com deficiência seja vista com sujeito atuante, capaz, principalmente, apto a aprender a aprender.



Carvalho (1997) enfatiza que, de forma ainda muito elementar, foi percebido que a escola que deve se adaptar às condições dos estudantes, e não o contrário. Reconhece também que não existe estudante que não aprende. Quando um estudante não está conseguindo aprender, os professores devem procurar aprofundar estudos, buscando analisar e mudar as suas próprias atitudes, as suas estratégias de ensino, até que obtenham êxito na função a que se propõem. Tais mudanças extrapolam os limites da escola, envolvendo aspectos éticos, filosóficos, sociais e legais. Dessa feita, verificamos quais produtos educacionais foram desenvolvidos no âmbito do ProfEPT para o ensino de jovens e adolescentes com deficiência, que sintetizamos no quadro 1.

Quadro 1. Trabalhos identificados no Observatório Nacional do ProfEPT

| Ano  | Produtos Educacionais                                                                                                                                                                                     | Autor                               |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| 2020 | Acolher para incluir: caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da educação especial e/ou com transtornos funcionais específicos do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC | Cátia Maria Alves Monteiro          |
| 2019 | Contribuições aos saberes em inclusão escolar dos profissionais que atuam nos núcleos de atendimento às necessidades específicas (NAPNES).                                                                | Ricardo Allan de Carvalho Rodrigues |
| 2019 | Coletânea de orientações pedagógicas para educação especial                                                                                                                                               | Camila de Almeida Aguiar            |
| 2021 | Educação especial inclusiva na educação profissional tecnológica: um recorte sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Brasília                                                 | Anna Vanessa Lima de Oliveira Lima  |
| 2021 | Crônicas de um instituto: educação especial na perspectiva inclusiva                                                                                                                                      | Thais Helena Pereira                |
| 2021 | Educação inclusiva: do que estamos falando?                                                                                                                                                               | Camila Marafigo dos Santos          |
| 2022 | Guia de aplicação da terminalidade específica                                                                                                                                                             | Flavia De Jesus Almeida Albuquerque |
| 2023 | Guia de orientação para aplicação de metodologias ativas na educação especial e inclusiva                                                                                                                 | Rosângela Vieira Batista            |
| 2023 | Curso de formação inicial: educação especial na perspectiva da educação inclusiva                                                                                                                         | Renata De Menezes Soares            |
| 2023 | Desenho universal para aprendizagem: inspirações para uma prática pedagógica plural na educação profissional                                                                                              | Cilene Machado Paraboa              |
| 2021 | Borbolinda: uma história de inclusão                                                                                                                                                                      | Edson Roberto Pessel                |
| 2019 | A diferença está no olhar: guia para reflexões de experiências educacionais inclusivas                                                                                                                    | Fabiana De Oliveira Lobão           |
| 2022 | Cartilha legal                                                                                                                                                                                            | Jairo Jose de Souza                 |
| 2022 | Guia informativo: "nós" na travessia: da escola que integra para a escola que inclui                                                                                                                      | Karen Pontes                        |
| 2022 | História em quadrinhos: educação inclusiva – recursos e estratégias                                                                                                                                       | Luiz Roberto Cardoso                |
| 2023 | O princípio do encaixe é a diferença: programa educativo em atitudes para educação inclusiva na educação profissional e tecnológica                                                                       | Raiza T. G. Vasconcelos             |
| 2023 | Guia para educação inclusiva: um olhar sobre a pessoa com deficiência intelectual e deficiência auditiva/surdez                                                                                           | Isac Da Silva Haber                 |
| 2024 | Trilha formativa docente desenho universal para a aprendizagem (DUA)                                                                                                                                      | Raquel Aparecida Rosa               |
| 2023 | Educação inclusiva na formação inicial de professores                                                                                                                                                     | Gabriela Santos Leite               |

Fonte: Observatório do ProfEpt, 2024 (<https://obsprofeppt.midi.upt.iftm.edu.br/>)

Nota: Temas pesquisados, educação inclusiva e educação especial



Como se pode observar, numa primeira análise temática, há poucos trabalhos relacionados a metodologias de ensino para deficiências específicas como TEA, TDAH, Baixa Visão, deficiência intelectual, TAD, TOD dentre outras.

A análise crítica das temáticas apresentadas revela uma variedade de abordagens e enfoques que, em maior ou menor grau, lidam com a questão da inclusão educacional e metodologias voltadas para alunos com deficiência. A seguir, examinarei cada produto educacional, destacando aqueles que efetivamente abordam metodologias específicas para alunos com deficiência e aqueles que se concentram em aspectos mais gerais ou em formação profissional.

O PE *Acolher para incluir: caderno de orientações para o acolhimento de estudantes público-alvo da educação especial e/ou com transtornos funcionais específicos do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC* de Cátia Maria Alves Monteiro foca diretamente em metodologias para acolhimento de alunos da educação especial, abordando práticas e estratégias para facilitar a integração desses estudantes. É um produto educacional aplicável diretamente ao ensino inclusivo, pois fornece orientações específicas para o atendimento de alunos com deficiência ou com transtornos funcionais específicos.

O trabalho *Contribuições aos saberes em inclusão escolar dos profissionais que atuam nos núcleos de atendimento às necessidades específicas (NAPNES)* de Ricardo Allan de Carvalho Rodrigues - embora relevante para a inclusão escolar, este trabalho enfatiza a formação de profissionais que atuam no apoio aos alunos com deficiência, sem desenvolver métodos pedagógicos específicos. Contribui indiretamente para a educação inclusiva ao capacitar os profissionais, mas não se configura como uma metodologia de ensino propriamente dita.

O PE *Coletânea de orientações pedagógicas para educação especial* de Camila de Almeida Aguiar oferece orientações pedagógicas voltadas à educação especial, tornando-o diretamente aplicável a metodologias de ensino inclusivas. A coletânea visa fornecer aos educadores estratégias e práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos com deficiência, configurando-se como uma contribuição prática para o ensino inclusivo.

O PE *Educação especial inclusiva na educação profissional tecnológica: um recorte sobre a inclusão de pessoas com deficiência no Instituto Federal de Brasília*, de Anna Vanessa Lima de Oliveira Lima explora a inclusão de alunos com deficiência na educação profissional e tecnológica, o que é relevante para metodologias inclusivas. Embora o foco esteja na inclusão no contexto profissional, implica a adaptação de metodologias de ensino para este público, configurando-se como uma abordagem específica para a inclusão.

Já o PE *Crônicas de um instituto: educação especial na perspectiva inclusiva* de Thais Helena Pereira oferece uma reflexão narrativa sobre a inclusão educacional, mas sem detalhar metodologias



específicas para alunos com deficiência. É uma contribuição teórica que proporciona uma visão geral sobre o tema, mas não apresenta diretrizes práticas de ensino inclusivo.

O produto educacional *Educação inclusiva: do que estamos falando?* de Camila Marafigo dos Santos é uma reflexão sobre o conceito de educação inclusiva, sem apresentar metodologias específicas. Ela contribui para o entendimento teórico da inclusão, mas carece de estratégias pedagógicas diretas aplicáveis a alunos com deficiência.

O PE *Guia de aplicação da terminalidade específica* de Flavia de Jesus Almeida Albuquerque, aborda orientações para a terminalidade específica, que é um conceito relacionado a adequações curriculares. Embora possa beneficiar alunos com deficiência, não se destina exclusivamente a metodologias inclusivas, mas sim à adaptação curricular em um sentido mais amplo.

O *Guia de orientação para aplicação de metodologias ativas na educação especial e inclusiva* de Rosângela Vieira Batista é um produto diretamente relacionado a metodologias de ensino inclusivas, focando na aplicação de metodologias ativas para educação especial. Este guia é uma contribuição significativa para a implementação de práticas pedagógicas voltadas para o público-alvo da educação inclusiva.

O PE *Curso de formação inicial: educação especial na perspectiva da educação inclusiva* de Renata de Menezes Soares visa à formação inicial de profissionais para atuação na educação especial, focando mais na capacitação de professores que em metodologias de ensino. Embora importante, é uma contribuição indireta para o ensino inclusivo, sem abordar estratégias pedagógicas específicas.

O produto *Desenho universal para aprendizagem: inspirações para uma prática pedagógica plural na educação profissional*, de Cilene Machado Paraboa, destaca o conceito de Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), aplicável diretamente à educação inclusiva. DUA é uma metodologia pedagógica que visa a adaptar o ensino para todos os alunos, incluindo os com deficiência; sendo, portanto, uma contribuição direta para a inclusão.

O PE *Borbolinda: uma história de inclusão* de Edson Roberto Pessel, embora trate de inclusão, esta obra parece ser mais literária e narrativa, abordando o tema em uma perspectiva de conscientização, sem detalhar metodologias educacionais específicas.

O produto *A diferença está no olhar: guia para reflexões de experiências educacionais inclusivas*, de Fabiana de Oliveira Lobão, foca em reflexões sobre a inclusão, proporcionando uma perspectiva mais teórica e reflexiva. Não aborda metodologias de ensino específicas, mas contribui para a sensibilização e a compreensão da inclusão.

A *Cartilha legal* de Jairo Jose de Souza - Este produto oferece diretrizes legais, sem abordar metodologias de ensino específicas para alunos com deficiência. É útil para o entendimento dos direitos e políticas de inclusão, mas não contribui diretamente com práticas pedagógicas.



O Guia informativo: *'nós' na travessia: da escola que integra para a escola que inclui* - de Karen Pontes – tem como foco a transição de uma abordagem integradora para uma inclusiva, mas de maneira teórica. Não apresenta metodologias pedagógicas diretas, contribuindo mais para a compreensão conceitual da inclusão.

O PE *“História em quadrinhos: educação inclusiva – recursos e estratégias”* de Luiz Roberto Cardoso – usa o formato de história em quadrinhos para abordar recursos e estratégias inclusivas, este produto é relevante para a educação inclusiva, apresentando práticas pedagógicas em um formato acessível.

O produto *O princípio do encaixe é a diferença: programa educativo em atitudes para educação inclusiva na educação profissional e tecnológica*, de Raiza Vasconcelos, visa a desenvolver atitudes inclusivas, com foco na formação de valores e atitudes. Não se concentra diretamente em metodologias pedagógicas para alunos com deficiência, mas sim na criação de um ambiente inclusivo.

O Guia para educação inclusiva: *um olhar sobre a pessoa com deficiência intelectual e deficiência auditiva/surdez* de Isac da Silva Haber – apresenta estratégias específicas para alunos com deficiência intelectual e auditiva, sendo um recurso diretamente voltado para metodologias inclusivas.

O PE *Trilha formativa docente desenho universal para a aprendizagem (DUA)* de Raquel Aparecida Rosa. Mais uma vez, o Desenho Universal para Aprendizagem é abordado, sendo uma metodologia inclusiva que visa a atender à diversidade. Este produto educacional é diretamente aplicável ao ensino inclusivo.

O produto *Educação inclusiva na formação inicial de professores* de Gabriela Santos Leite. O foco está na formação inicial de professores, sem tratar de metodologias específicas para o ensino de alunos com deficiência.

Dessa análise, os produtos que efetivamente tratam de metodologias pedagógicas inclusivas são 1º, 3º, 4º, 8º, 10º, 15º, e 17º, uma vez que apresentam estratégias ou guias diretamente aplicáveis a práticas de ensino voltadas para alunos com deficiência. Já os demais focam em aspectos teóricos, legais, ou em formação docente, sem aprofundar métodos pedagógicos específicos para inclusão. A adoção de metodologias de ensino inclusivas, alinhadas ao Desenho Universal para Aprendizagem, mostra-se uma tendência relevante na educação especial atual, promovendo a participação plena dos alunos com deficiência no ambiente educacional. Se comparamos com os desafios apresentados no estado do Acre na seção anterior apenas um produto foca em deficiências específicas e poucos estão voltados a resolver problemas como reprovação, distorção série/idade e/ou desenvolver metodologias para as deficiências que se apresentam em maior número de matrículas

Coll (1995) apresenta algumas das principais tendências que favorecem essas mudanças: a deficiência não pode ser mais percebida como uma categoria com perfis estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional e significando que a escola pode intervir no que diz respeito ao



desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas; os estudantes com deficiências não devem ser agrupados como pessoas com *déficits* semelhantes, tendo em vista o fato de que no seu desenvolvimento evolutivo e na sua história de vida (incluindo aí também a sua experiência educacional) diferem bastante entre si; a reavaliação dos instrumentos de avaliação quantitativos e das estratégias de aprendizagem utilizadas, tem contribuído para modificar as concepções clássicas da deficiência e situá-las no âmbito das demandas educacionais e das possibilidades de aprendizagem; o aumento e a divulgação das experiências integrativas bem sucedidas em vários países criaram um clima mais propício a essa nova perspectiva entre outras.

O papel dos profissionais da educação envolvidos no processo formativo do estudante com necessidades educacionais específicas tem influência marcante no seu desenvolvimento e sua aprendizagem. É necessário que ele, como afirma Godoi, Galasso e Miosso (2008), concentre-se em suas capacidades e não em suas limitações.

Verifica-se que os desafios a enfrentar com o estudante que se encontra nessa condição, é de natureza multifacetada e que, qualquer investida no sentido de efetivar a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica, requer a incorporação de elementos distintos, construídos para reestruturar uma nova estrutura organizacional educacional e formativa, na qual desaparecem os elementos iniciais (próprios da deficiência), tal qual eles foram originariamente criados.

Wocken (2003) e Beyer (2005) estabelecem dois princípios pedagógicos para auxiliar na implementação o processo educacional inclusivo respeitando o estudante em suas limitações motoras, de linguagem e cognitivas: o princípio da individualização do ensino e de que o processo educacional inclusivo não é ação de apenas um profissional.

Mazzotta (2005) esclarece que, de acordo com esses professores, as maiores dificuldades estão na falta de um currículo adaptado, material de apoio especializado e, profissionais qualificados para dar um suporte nesse processo educacional inclusivo na educação profissional técnica.

Sendo assim, não há como se programar processos de inclusão que visem a oferecer, de fato, uma educação de qualidade, sem efetivos serviços de apoio a prática docente efetuado na Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, pode-se dizer que o ideal de escola inclusiva ainda está longe da realidade esperada.

Estruturas e concepções do passado não devem ser ignoradas ou desprezadas, mas tão pouco deve subsistir de modo viscoso a ponto de impedir o surgimento de novos temas, novas propostas e recursos de ação. Não ficar preso ao passado, mas incorporá-lo na construção do novo, é buscar sólidas alternativas para melhores propostas. (MAZZOTTA, 2005, p. 45).

Na compreensão de Martínez (2005), trabalhar na perspectiva de um contexto educacional inclusivo, na diversidade educativa, exige dos educadores o desenvolvimento de novos conhecimentos, novas



competências e muita criatividade, porém, precisamente nesse esforço de experimentação, de fracasso e de acertos, é que a inclusão pode ser efetivamente construída. É imperioso nessa perspectiva, construir processos de ensino com objetivos, recursos e estratégias diversificadas, para que a aprendizagem ocorra, o que implicaria a transformação de todos os envolvidos.

Enfim, na perspectiva de SHON (2000) o processo educativo inclusivo na Educação Profissional e Tecnológica deve ser percebido pelos profissionais que nela atuam, como um processo de investigação das possibilidades, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos que venham a contribuir no fortalecimento e na sua efetivação.

## 5 CONCLUSÕES

Dessa forma, pode-se afirmar que a pesquisa obteve êxito ao verificar as abordagens pedagógicas dos produtos educacionais – PE, nos programas de Educação Profissional e Tecnológica, em termos de sua contribuição para o aprimoramento da prática pedagógica.

Os resultados apontaram para a relevância desses PE no contexto da educação, evidenciando sua aderência à linha de pesquisa, seu alinhamento com os critérios de avaliação estabelecidos e sua fundamentação em pesquisa. Esses aspectos ressaltam a importância desses produtos como recursos pedagógicos capazes de promover uma educação de qualidade e aprimorar a formação dos alunos. Porém, ao analisar sua totalidade percebemos que não estão voltados diretamente para a metodologias de ensino para trabalhar com alunos com deficiência.

Com o decorrer dos estudos, identificou-se alguns elementos organizadores da prática educativa na perspectiva da inclusão com o objetivo de promover discussões sobre a implementação e efetivação de um processo educativo inclusivo para todos os estudantes, em especial, àqueles com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica.

A Educação Profissional e Tecnológica, numa perspectiva inclusiva, possibilitará aos estudantes com necessidades educacionais específicas o sentimento de integração naquele ambiente educacional, promotor de saberes e, não reforçador de preconceitos com as deficiências dos estudantes que ingressaram para obter um título profissional.

Ao longo da pesquisa, pode-se afirmar que o envolvimento dos profissionais da educação é primordial nesse processo educativo inclusivo no cenário da Educação Profissional e Tecnológica e nos produtos educacionais com necessidades educacionais específicas. Para tanto, precisam enfrentar os desafios impostos com criatividade e otimismo, o desejo de compreender, de saciar a curiosidade, de explorar o desconhecido.

Enfim, verificou-se que há muito o que dialogar, discutir, para agir, mudar e incluir os produtos educacionais voltados para inclusão na educação profissional e tecnológica no contexto escolar.



## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BEYER, H. Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- BRASIL, 2015, *Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm); acesso em: 24 Abril 2017.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em
- BRAZOROTTO, C. M.; VENCO, S.B. Educação profissional no Brasil: história e política dos Institutos Federais. Educação Temática Digital. Campinas, SP v.23 n.1.2021. Disponível em:
- CARVALHO, E. R. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memmon, 1997.
- COLL, C. Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Ática, 1995.
- CORDÃO, Francisco A; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: SENAC São Paulo, 2020.
- FIGUEIRA, Emílio. As Pessoas Com Deficiência Na História Do Brasil – Entre Silêncios E Gritos” (Wak Editora, quarta edição, 2021)
- FREIRE, G. G.; GUERRINI, D.; DUTRA, A. O Mestrado Profissional em Ensino e os Produtos Educacionais: A Pesquisa na Formação Docente. Revista Porto das Letras, Porto Nacional/TO, v. 2, n. 01, p. 100-114, 2010.
- FREITAS, R. C. O.; SOUZA, R. R. Mestrado em educação profissional e tecnológica: uma construção em rede. In: SOUZA, R. R. (org.) Pesquisa, pós-graduação e inovação na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Goiânia: IFG, 2017.
- FREITAS, R. C. O. et al. O mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em rede nacional: considerações preliminares. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 1, n.1, p. 74-89, 2017.
- FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da capes: o que há além da forma?. Educação profissional e tecnológica em revista, Vitória, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4d66uHw>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
- GIMENO SACRISTÁN, J. Los materiales y las condiciones de enseñanza en docencia y cultura escolar. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2001.



GODÓI, A.M.; GALASSO, R.; MIOSSO, S. M. P. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização/deficiência física. Brasília: MEC/SEESP.2008.

KAPLÚN, G. Contenidos, itinerarios y juegos. Tres ejes para el análisis y la construcción de mensajes educativos. VI Congreso de ALAIC (Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación). Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 2002.

KAPLÚN, G. Material Educativo: a experiência do aprendizado. Comunicação e Educação, São Paulo, v. 27, p. 46-60, maio/ago, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491>. Acesso em: 07 out. 2020.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Materialismo Histórico-Dialético e suas relações com a pesquisa participante: contribuições para pesquisas em Mestrados Profissionais. Revista Anhanguera, v. 18, n. 1, p. 52-73, 2018. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1405/1362>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M.T.E. A integração da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Memnon, 1997.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história. Paco Editorial, 2017.

Marconi, MA; Lakatos, EM. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTÍNEZ, LFP. In: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MAZZOTA, M. J. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, K. A. M. O. Educação Especial inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8139>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Área de concentração. Educação Profissional e Tecnológica – EPT. 30 jan. 2017b. Última atualização em 15 fev. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/2fyu3xyt> . Acesso em: 17 jul. 2022.

OBSERVATÓRIO DO PROFEPT. Dissertações e Produtos Educacionais. IFMT, 2024, Disponível em <https://obsprofept.midi.upt.ifmt.edu.br/Egressos>

PAGÁN, J. B. Función didáctica de los materiales curriculares. Pixel Bit. Revista de Medios y Educación, v. 5, p. 29-46, 1995. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/pixel/article/view/61077>. Acesso em: 07 out. 2020.

PAINEL DE INDICADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Estado do Acre. Disponível em <https://diversa.org.br/indicadores/>

PROFEPT. Ministério da Educação. Credenciamento de docente/ Credenciamento de instituição. 2021. Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/editais>. Acesso em: 24 set. 2021.



RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F.; RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V.; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *Actio Docência em Ciências*, v. 5, n.2, Curitiba, p. 1-17, ago. 2020

SANTOS GUERRA, M. A. Cómo evaluar los materiales. *Cuadernos de Pedagogía*, v. 194, p. 29-31, 1991.

SCHON, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHUELER, A. F. M. DE . Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, v. 19, n. 37, p. 59–84, set. 1999.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da. Políticas de Educação Profissional para Pessoas com Deficiência. 2011. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA, A. M. T. B. da; SUAREZ, A. P. M.; UMPIERRE, A. B. Produtos educacionais: uma avaliação necessária. *Revista Interações*, [S. l.], v. 13, n. 44, 2017. DOI: 10.25755/int.4108. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/4108>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SOUSA, M. C.. Produtos Educacionais de Matemática elaborados por professores da Educação no âmbito do NIPeM. In: Encontro da rede de professores, pesquisadores e licenciandos de Física e de Matemática, 2., 2010, São Carlos. Trabalhos apresentados... São Carlos/DP: UFSCar, nov. 2010. 2010.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT): conquistas, perspectivas e desafios. *Cadernos de Pesquisa*, v. 26, n. 4, p.135-156, 2019.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre Artmed, 1999.  
Tillmann, L., & Almeida, J. (2020). A oferta da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica. *Metodologias E Aprendizado*, 1, 123–129. <https://doi.org/10.21166/metapre.v1i0.1123>. Acesso em

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Corte. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.

VIEIRA, A. M. D. P. ; SOUZA JUNIOR, A. A Educação Profissional no Brasil. *Revista Interações*, Santarém, n 40. 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/10691>. Acesso em

VERGARA, S. C. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2005.

WOCKEN, H. O futuro da educação especial. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL LASSALISTA. Canoas: Centro Universitário La Salle, novembro de 2003.